

A grande repressão de 1932 em São Paulo.

The great repression of 1932 in São Paulo.

Marcos Tarcisio Florindo¹

Resumo: O presente artigo analisa a grande repressão política e social que acompanhou o desenrolar da revolução constitucionalista de 1932 na cidade de São Paulo e avalia o impacto das práticas de contenção nas organizações atingidas, sobretudo os sindicatos e partidos dirigidos por militantes da revolução social. As fontes principais para a elaboração do texto são os documentos produzidos pelo DEOPS/SP.

Palavras-Chave: Revolução. São Paulo. DEOPS/SP.

Abstracts: This article analyzes the political and social repression that followed the course of the constitutionalist revolution of 1932 in São Paulo city and assesses the impact of practices restraint in affected organizations, especially trade unions e parties led by activist of the social revolution. The main sources for the preparation of the text documents are produced by DEOPS/SP.

Keywords: Revolution. São Paulo. DEOPS/SP.

A revolução constitucionalista de 1932, episódio capital da história paulista, ocupa cada vez mais um lugar de destaque na história política da república brasileira. A guerra civil, exposta desde os anos 1930 pelos ex-combatentes em seus relatos memorialísticos (os quais na maioria mitificavam os combates e as virtudes paulistas) foi analisada também pela pena de sociólogos e de historiadores que destacaram desde o caráter elitista da pretensa revolução até os efeitos republicanos e democratizantes emanados com o fim da contenda². A partir dos anos 1980, com a redemocratização, vem ampliando o campo dos analistas que a exaltam a guerra civil em São Paulo como um momento de mobilização popular em prol da democracia, isto em detrimento do olhar crítico que a percebeu como uma reação conservadora das

¹ Mestre em História e Doutor em Sociologia pela Unesp, é professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

² Sobre o assunto, ver BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.

oligarquias paulistas, inconformadas com a nova situação política criada pela revolução de 1930. Em que pese certa necessidade de celebrar mártires para constituir o longo caminho da construção democrática³, a revolução constitucionalista segue após 80 anos como importante tema de fomento do debate histórico e político, enriquecendo-os com pesquisas que observam os acontecimentos, as causas e as conseqüências da principal guerra civil do século XX brasileiro sob diferentes abordagens e diversos aspectos⁴.

O objetivo do presente artigo é lançar luzes sobre um ponto obscuro da guerra civil e de seus desdobramentos: rememorar a intensa repressão política e social que acompanhou o desenrolar da crise política na cidade de São Paulo e que se acirrou violentamente com a eclosão do conflito, avaliando seu impacto sobre as organizações do movimento operário atingidas, sobretudo o Partido Comunista do Brasil (o qual teve aprisionado seu Comitê Central, então recentemente transferido do Rio de Janeiro para a capital paulista) e os sindicatos dirigidos por militantes da revolução social (sobretudo por militantes do anarcossindicalismo, que permaneceram atuantes em alguns sindicatos até a metade da década de 1930). A contenção, capitaneada pela Delegacia de Ordem Política e Social já ocorria desde antes da contenda militar, devido ao intenso movimento de reorganização sindical que acontecia desde o fim do ano de 1930, colocando em disputa pelos corações e mentes operárias os sindicatos autônomos e os sindicatos “oficiais”, frutos da recente política de sindicalização orquestrada pelo Departamento do Trabalho, órgão ligado ao Ministério do Trabalho criado por Getúlio Vargas e centro da nova política corporativa de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Neste ínterim, a guerra civil e a instauração do estado de sítio permitiram a intensificação da repressão para níveis somente comparáveis aos anos de chumbo do governo Arthur Bernardes ou aquela que se seguiu a intentona comunista de 1935. As fontes principais utilizadas neste trabalho são os próprios documentos produzidos pelo DEOPS/SP, sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo.

³ Nunca é demais lembrar que os “mártires da revolução” (os estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram incluídos no ano de 2012 no Livro dos Heróis da Pátria ou Livro de Aço, por decreto sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff (Lei Federal 12.430 de 20 de junho de 2011).

⁴ Cito por exemplo o trabalho do historiador e professor da UFSCar Marco Antônio Villa **1932: imagens de uma revolução** (Prensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008) e do jornalista e historiador Osvaldo Faustino **Legião negra: a luta dos afro-brasileiros durante a revolução constitucionalista de 1932** (São Paulo, editora agora, 2011).

O intenso movimento de reorganização sindical orquestrado pelos militantes da revolução social após o golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder era acompanhada lance a lance pelos investigadores do DEOPS. Os secretas do órgão apontavam em seus relatórios de investigação o frenético trabalho dos militantes da revolução social para reconstruir suas associações sindicais, destroçadas pela repressão dos anos finais do regime anterior. Os anarcossindicalistas reorganizaram sua Federação Operária (FOSP), congregando os sindicatos sob orientação dos militantes ácratas. Os comunistas do PCB também passaram a intensificar seu trabalho nos ambientes operários de São Paulo, cuja penetração até então era reconhecidamente insuficiente pelos próprios militantes⁵. Estes formariam a Federação Sindical Regional (FSR)⁶ no intuito de comandar frações nos sindicatos que contavam com a participação de membros do partido. A distensão no movimento comunista internacional promovida pela luta sucessória na União Soviética, que culminaria com a vitória de Stalin sobre Trotsky, fomentou o surgimento da oposição de esquerda em São Paulo (cujos membros seriam expulsos do PCB acusados de trotskismo e fundariam em 1933 a LCI, ou Liga Comunista Internacionalista) levando a direção da União dos Trabalhadores Gráficos (ou UTG, o mais combativo segmento do operariado paulistano sob direção do partido), a reboque, para a influência trotskista. A UTG, embora dirigida por comunistas “por uma questão corporativa, mantinha-se relutantemente filiada a FOSP”.⁷

⁵ Comentando sobre as quedas dos quadros dirigentes do PCB ocorrida em São Paulo em 1932 (assunto que será abordado posteriormente neste trabalho) comenta Leôncio Basbaum: “Praticamente se acabara o PCB em São Paulo, onde, aliás, nunca fora grande coisa”. (BASBAUM, 1976, p.111). Sobre as deficiências do PCB na capital paulista, afirma Octávio Brandão: “São Paulo sempre foi uma das nossas falhas, sempre as nossas posições foram fracas” (BRANDÃO, 1993, p.35).

⁶ Embora a atividade sindical comunista fosse considerada, pelos próprios, insuficiente em São Paulo, os analistas do DEOPS/SP percebiam que havia a preocupação do partido em incrementar essa atividade, e apontavam a melhoria do trabalho dos comunistas neste setor desde o ano de 1929. “Relatando o movimento comunista, é preciso dividi-lo em duas partes: uma – o desenvolvimento das idéias políticas, alteração delas de acordo com o crescimento político da classe operária local ou sob influência dos diversos acontecimentos políticos, em soma – idéia oficial do comunismo representativo, e outra parte – a de aplicação prática destas idéias e a revelação da fisionomia verdadeira do trabalho comunista no país e estudos dos métodos – legais e ilegais – de desenvolvimento da influência bolchevista na vida social. Quanto à parte primeira, o movimento socialista- comunista no Brasil tinha passado no ano findo pela etapa de maior importância, pela etapa que passam todos os partidos comunistas da sua idade. Acabou-se o período de crescimento e começa a vida de um partido adulto[...] as organizações comunistas no ano findo aumentaram em quantidade e qualidade [...] Uma vez pronta a construção partidária em linhas gerais [...] parece que os comunistas são preocupados em reforçar esta construção e ensinar seus novos membros. Fazemos essa conclusão a priori, pois que a confirmação só pode ser obtida por meio da rigorosa vigilância dentro do organismo partidário.” “A atividade comunista em 1929”. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB, vol. 4. ⁷Relatório reservado”. Agente Antônio Ghioffi. 10/06/1931. Prontuário DEOPS/SP n. 716 da FOSP. Vol.2. doc.18.

Os próprios policiais atestavam o maior sucesso dos anarcossindicalistas do que dos comunistas no movimento de reorganização sindical ocorrido logo após a queda da república velha. A FOSP, reorganizada, arregimentara quinze sindicatos de diversos ofícios e formara duas ligas operárias de bairro.⁸ “A FOSP tem desenvolvido atividades nos centros operários, por meio de seus delegados, efetuando comícios em sedes particulares, nos arrabaldes e subúrbios. Imprime e manda distribuir boletins e pelos seus órgãos difundi o anarcossindicalismo.”⁹

Ao contrário dos anarcossindicalistas, os comunistas do PCB não haviam logrado atingir a direção de nenhum sindicato em São Paulo – afora a UTG, o tradicional reduto gráfico dos membros da oposição de esquerda, os quais, embora renegados pelo partido, ainda se consideravam como uma fração do PCB. Para reverter o quadro, a FSR¹⁰ apostava na ampliação da propaganda nas associações de classe e nas empresas: “A maior propaganda é feita nas fábricas, onde existem células e com o auxílio dos chamados intelectuais. A propaganda externa consiste em boletins distribuídos entre operários”¹¹. A atenção dos comunistas para o movimento operário paulistano se acentuaria a partir do congresso das seções comunistas latinas, promovida pela IIIa Internacional na cidade de Montevidéu em 1931. O congresso deliberou em favor de escolher São Paulo como base para as ações sindicais no

⁸ Entre esses, encontravam-se a União dos Trabalhadores da Light, Sindicato dos Manipuladores de Pão, Liga Operária da Construção Civil, União dos Artífices em Calçados, Sindicato dos Vendedores Ambulantes, União dos Operários Metalúrgicos, União Geral dos Profissionais do Volante, Sindicato dos Operários em Fábricas de Chapéu, Sindicato dos Alfaiates de São Paulo, União dos Operários em Fábricas de Vidro, Sindicato dos Ferroviários do Estado de São Paulo, União dos Ladrilheiros, União dos Operários em Ofícios Vários, Liga Operária da Lapa e Água Branca, Liga Operária da Vila Anatócio, União dos Canteiros de Itatiba e União dos Trabalhadores Gráficos. Sobre o assunto, ver: Prontuário DEOPS n. 716 da FOSP, vol 2 (informes reservados) e Prontuário n. 2.431 do PCB vol.4. “Informação reservada” de 02/08/1934.

⁹ “FOSP”. Prontuário DEOPS/SP n.716 da FOSP vol. 3.

¹⁰ Uma apreciação resumida das atividades da FSR em São Paulo e das práticas de contenção do DEOPS sobre a entidade no ano de 1931 consta do “relatório sobre sindicatos”, enviado do DEOPS para o Gabinete de Investigações: “Tem funcionado sempre clandestinamente e sem sede declarada. Suas reuniões são efetuadas ora na residência de um membro, ora na residência de outro. A polícia, diversas vezes, tem varejado a casa onde os elementos se reuniam. Os componentes da FSR são membros da comissão de agitação e propaganda do PCB, sua atividade é desenvolvida nos centros operários e procurando se infiltrar-se nos seus sindicatos, afim de capturar a simpatia do proletariado. Geralmente são escolhidos indivíduos de fácil oratória, conhecedores profundos dos assuntos sociais e que sabem cativar os auditórios. Até escolas comunistas freqüentam para esses fins. A FSR não conta com grandes elementos para um movimento grevista em São Paulo. Entretanto, iniciada uma greve, a FSR incontinenti, procura se assenhorar da situação, por meio dos seus agentes que se infiltram nos meios operários, até conseguir ‘desideratum’, haja visto o movimento de maio do ano corrente na SPR e outras indústrias”. “Relatório sobre sindicatos”. Prontuário DEOPS/SP n.880 da Federação Sindical Regional de São Paulo.

¹¹ “Informação reservada”. Delegado de Ordem Social, 02/08/1934. Prontuário DEOPS/SP n. 2431 do PCB.

continente, por esse ser o seu maior centro industrial. “Assim os comunistas foram se concentrando na capital paulista, estabelecendo ligações com o interior, formando células e aplicando diretamente, no meio paulista, as ordens emanadas do *Komintern*” (CAMPOS, 2000, p.152). No final de 1931, a FSR realizou a conferência da unidade sindical, participando os sindicatos dos metalúrgicos unidos, do vestuário e dos madeireiros. A UTG dos gráficos trotskistas, em turras com os dirigentes anarquistas da FOSP, também se fez representar no congresso da FSR, que por sinal, teve suas plenárias invadidas pelos policiais do DEOPS¹².

A crescente presença dos comunistas em São Paulo, disputando espaço com os anarcossindicalistas nos meios operários, despertou os investigadores da polícia política para as diferenças ideológicas e de atuação entre os militantes do partido e das organizações ácratas. Tais diferenças, conhecidas desde antes pelas autoridades, ganharam nova ênfase nos documentos da polícia a partir do momento em que a influência da FSR fez-se sentir com maior ressonância nas organizações operárias oficializadas pelo Departamento do Trabalho.¹³ Foi com a “permanente agitação” promovida pelos comunistas nos meios sindicais que os policiais paulistas passaram a produzir relatórios que referenciavam a estrutura e o funcionamento do aparelho burocratizado do partido, apontando suas distinções em relação às organizações sindicais independentes, que até então eram os segmentos “privilegiados” na elaboração dos roteiros de investigação e contenção desenvolvidos pela agência. A medida evidencia o pragmatismo orientador da atividade policial, que selecionava seus “alvos” conforme as exigências da época e o conhecimento capturado *in loco*, no cenário do conflito. Outro fato que chamou a atenção dos policiais sobre as atividades clandestinas do aparelho do PCB foi a transferência da cúpula partidária do Rio de Janeiro para São Paulo.

A empreitada de transferir o Comitê Central (C.C.) do partido do Distrito Federal para a capital paulista, efetivada com intuito de reforçar a atividade sindical

¹² Sobre o assunto, ver: Prontuário DEOPS/SP n. 880 da Federação Sindical Regional de São Paulo.

¹³ O sucesso dos comunistas nos sindicatos legais, em 1932, seria avaliado pelo DEOPS num relatório elaborado em 1935 com o escopo de refazer o histórico da propaganda comunista anteriormente verificada em São Paulo: “Do trabalho sindical resultaram conseqüências imediatas, entre elas a criação de um permanente estado de agitação em vários sindicatos notadamente bancários, comerciários, contadores, ferroviários, agitação essa capeada pelas reivindicações econômicas de classe. Os movimentos grevistas da época tiveram notória publicidade, salientam recordar, entre eles o de têxteis e ferroviários da SPR, dirigida por comunistas, e padeiros, que embora orientada por anarquistas, foi largamente explorada pelo partido comunista como movimento de massas”. “A propaganda comunista no Estado de São Paulo”. 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol 9.

no principal centro industrial do país e abster a intensa repressão sobre os dirigentes do PCB no Rio de Janeiro, acarretaria num enorme prejuízo à organização. Pois foi na esteira da intensa repressão, ocorrida durante a revolução constitucionalista de 1932, que ocorreria a primeira grande “queda” da organização comunista em São Paulo, atingindo o quadro dirigente nacional e estadual, além dos organismos de apoio e propaganda, dos núcleos formados nos grupamentos estrangeiros e também dos ativistas atuantes no movimento sindical. A repressão de 1932 desestruturou os trabalhos desenvolvidos pelo PCB de São Paulo desde 1930, e foi celebrada desde então pelos policiais como a primeira grande vitória do DEOPS/SP sobre os ativistas do partido. Como nos dizeres do célebre investigador Luiz Apolônio¹⁴, professor de investigação política e social da Academia de Polícia de São Paulo, nas apostilas preparadas por ele para suas atividades docentes: “em 1932 foi quando se realizaram as maiores diligências em São Paulo, pois aqui estava funcionando o Comitê Central do partido, além do C.C. do Socorro Vermelho Internacional” (APOLÔNIO, 1954, p.27). Os estragos na estrutura material da organização seriam assim sintetizados num relatório policial.

Durante os três meses da revolução foi verdadeiramente notável o sucesso das diligências policiais que resultaram no completo esfacelamento do partido, com a localização e confisco de duas tipografias, localização de diversos escritórios de propaganda, com a apreensão de diversos mimeógrafos e farto material de propaganda.¹⁵

A intensidade da repressão de 1932, potencializada pela decretação do Estado de sítio com o irromper da revolução constitucionalista, atingiu todos os núcleos e grupos considerados perigosos sob a ótica policial. A agitação dos meios operários era intensa antes da conflagração do conflito. As greves, *meetings* e manifestações operárias, entre fins de 1931 e o primeiro semestre de 1932, em cuja testa estavam os partidários da revolução social, já haviam alertado a polícia sobre os perigos da agitação revolucionária naquele delicado momento político, marcado por ressentidas rupturas nos quadros do poder paulista. O irromper da guerra civil

¹⁴ Ex-chefe do corpo de investigadores e do Serviço Secreto do DEOPS, um dos principais quadros especializados da delegacia na repressão ao comunismo, chefe das equipes de investigadores que trabalharam nas diligências principais contra o PCB nas décadas de 1930, 1940 e 1950, professor da Academia de Polícia após findar sua longa carreira de investigador.

¹⁵ “A propaganda comunista no Estado de São Paulo”. 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2.431 do PCB. Vol 9.

combinou-se com à forte intervenção policial no seio das “classes perigosas”. Assim como nos anos de chumbo da implacável repressão bernardista, ocorreram prisões em massa de operários, incluindo mulheres e crianças. Estimou-se em 6.800 o número de pessoas detidas pela polícia durante o conflito.¹⁶ Os partidários da revolução social denunciavam, em boletins distribuídos nas ruas da cidade, a arbitrariedade das diligências e prisões promovidas pela polícia política. Alguns desses manifestos foram apreendidos pelo DEOPS e, como de costume, seu destino era o arrolamento aos prontuários dos militantes. Esses documentos, guardados pela polícia, ajudam hoje a dimensionar a intensidade da repressão que se abateu sobre o movimento operário de São Paulo – pauta pouco discutida pela historiografia – durante os meses da revolução constitucionalista.

Dezenas de trabalhadores oprimidos se acham presos nos cubículos dos Gusmões, onde são espancados e molhados com água fria! O operário Ernesto Herreira se acha encarcerado a quatro meses! Os operários de São Bernardo se acham presos sem que suas famílias possam vê-los. Quatro irmãos trabalhadores se acham presos, deixando desamparada sua velha mãe [...]¹⁷

Os militantes das diversas correntes revolucionárias, desde sempre sob a alça de mira dos agentes do DEOPS/SP, não escaparam ao cerco policial naquela temporada de caça liberada nas ruas de São Paulo. A polícia agia com vigor redobrada, aproveitando-se da oportunidade de atuar sem o comprometimento de oficialização à justiça sobre os prisioneiros e os seus destinos. O DEOPS/SP esvaziava seus arquivos e prendia todos os militantes conhecidos. Dos trinta e cinco aderentes à LCI trotskista, trinta e quatro foram presos em São Paulo durante a revolução constitucionalista (CAMPOS, 2000, p.138). O ambiente de terror era reforçado pelas transferências e deportações dos presos considerados mais perigosos. As colônias correcionais, como a de Dois Rios, na Ilha Grande, litoral carioca, se encheram de ativistas, enviados para o desterro acompanhados de uma simples petição, assinadas pelos delegados da polícia política paulista. O clima de incerteza que envolvia os prisioneiros foi rememorado pelo militante comunista Leôncio Basbaum em suas

¹⁶ Sobre o assunto, ver: *O que era proibido dizer*, cartilha escrita pelo trotskista Mário Pedrosa e publicada pela LCI. Um exemplar, apreendido pela polícia, pode ser observado no Prontuário DEOPS/SP n.2030 de Mário Pedrosa.

¹⁷ “O Socorro Vermelho protesta energicamente contra as bárbaras perseguições praticadas pela polícia política paulista”. Prontuário DEOPS/SP n. 1962 do Socorro Vermelho Internacional.

memórias, quando após ser preso em São Paulo e remetido ao Rio de Janeiro, acabou por desembarcar na Ilha Grande sem nenhuma referência de até quando seria obrigado a cumprir a penitência requisitada pelos policiais paulistas.

Não sabíamos quanto tempo iríamos ficar. Se fôssemos condenados, saberíamos: tantos meses ou tantos anos. Mas não éramos condenados, nem estávamos sob cuidados da justiça, que ignorava a nossa existência. Isolados do mundo, poderíamos ficar ali anos e anos, ou quem sabe, até o fim da vida. Quando estávamos ainda no Rio, na detenção, o Socorro Vermelho se esforçara por encontrar um advogado para tratar de nossos casos, mas agora ninguém se atreveria e o Estado de sítio, estava em vigor, por causa da revolução constitucionalista, de São Paulo. Agora que estávamos nesse fim de mundo, era mais difícil ainda [...] (BASBAUM, 1976, P.134).

A onda repressiva, que atingiu os quadros do PCB e forneceu à polícia fontes importantes para a caracterização dos aparelhos clandestinos do partido em funcionamento na capital paulista, foi posta em movimento antes mesmo do início da revolução. O partido, apesar de ser contínuo seu crescimento em São Paulo – relatórios policiais confirmavam o aumento do número de militantes e simpatizantes¹⁸ – enfrentava uma séria crise de direção após a defecção dos antigos dirigentes considerados “intelectuais” e sua substituição pelos quadros ditos “proletários”, como requeriam as diretivas de Moscou. A nova direção política da organização enfatizava a subordinação da atividade partidária à lógica do controle da IIIª Internacional. Emissários do *Komintern*, vindos de Montevidéu, como o casal Augusto e Inêz Guralsky e o argentino Gonzáles Alberdi¹⁹ arbitravam os dissensos entre os militantes e reforçavam as diretrizes *obreiristas* requisitadas por Moscou. Os antigos dirigentes, caso de Astrojildo Pereira, foram obrigados a reconhecer seus “erros” em penosas auto-críticas.²⁰ As novas direções, “eleitas” e substituídas com rapidez, por vezes cooptavam e traziam para a cúpula partidária militantes com pouca experiência, cujo principal atributo era ser um “autêntico operário”. Entre 1931 e 1932, passaram pelo cargo de secretário geral do PCB os militantes Heitor Ferreira Lima, José Villar, Duvitiliano Ramos e Fernando de Lacerda. Embora este último

¹⁸ Em 1932, o número estimado de militantes era de 1.500. No final de 1933, as estimativas policiais calculariam em 3.000 o número de adeptos do partido. Sobre o assunto, ver: “A propaganda comunista no Estado de São Paulo”. 10/07/1935. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol. 9.

¹⁹ Sobre o assunto, ver: BASBAUM, 1976; DULLES, 1977; PINHEIRO, 1993.

²⁰ Uma cópia da célebre auto-crítica de Astrojildo, elaborada no momento de sua retirada do comando do PCB, na qual “se considera incapaz de dirigir o partido e afirma que se retirava do palco para a platéia” repousa em seu prontuário DEOPS/SP, de n. 44.

fosse médico e pertencente a uma tradicional família de políticos, foi um dos quadros mais identificados com a política de subordinação ao *Komintern* e as suas diretrizes²¹.

A disputa entre os quadros dirigentes arrefecia as normas internas de segurança que deviam preservar o organismo clandestino do partido das investidas policiais.²² Leôncio Basbaum, então secretário do C. R. de São Paulo, militante tido como intelectual, cuja influência nas bases do partido era visceralmente combatida por Fernando de Lacerda e sua mulher, Erecina (Cina) – elevada ao Comitê Central por imposição do marido – relembra até que ponto as divergências entre os quadros de direção comprometiam a segurança do organismo partidário:

Novas divergências começaram a surgir a propósito das questões mais tolas e insignificantes, a ponto de tornar a própria atividade do C.C. impraticável. Uma dessas divergências surgiu quando uma noite Cina trouxe para uma reunião dois camaradas da base do partido, operários naturalmente, a pretexto de informar sobre determinados fatos. Na hora da votação uma proposta de Cina havia sido derrotada, mas ela exigiu que os dois companheiros que ela havia trazido, convidado, votassem embora não fossem membros do C.C. 'porque éramos um partido operário e democrático e todo operário tem direito de voto'. O C.C. se reunia uma ou duas vezes por semana e, de cada vez, ela trazia novos operários para apoiar suas propostas. Aí resolvi mobilizar o meu fã-club e comecei a trazer operários que, portanto, teriam direito a voto nas decisões do C.C. O resultado foi que o número de pessoas que se reuniam tornou as reuniões impraticáveis por excesso de gente: havia algumas em que o número de presentes passava de quinze pessoas, quando o número legal do Bureau Político era apenas cinco, o que, nas condições de ilegalidade em que vivíamos, era absurdo (BASBAUM, 1976, p.116).

Foi na esteira das divergências entre as lideranças partidárias que a direção da organização sucumbiu às investidas policiais. As prisões começaram a ocorrer em maio de 1932, após o insucesso da comemoração do 1º de maio promovida

²¹ Segundo John Foster Dulles: "Inêz Guralsky e Fernando de Lacerda [...] levaram a política do obreirismo bem além do que seria o desejo de Ferreira Lima: negaram aos intelectuais o direito de voto nas reuniões do C.C. [...] Fernando de Lacerda tornou-se o novo secretário geral, enquanto Inêz mandava no partido" (DULLES, 1977, p.389).

²² As condições de admissão dos partidos comunistas, elaboradas desde o I Congresso da III Internacional, previam a criação de um organismo legal e outro clandestino, protegido da reação, que devia estar apto para coordenar as atividades de agitação e propaganda mesmo nos momentos de maior repressão: "Em quase todos os países da Europa e da América, a luta de classes entra no período da guerra civil. Em tais condições, os comunistas não podem confiar na legalidade burguesa. Por isso é seu dever criar paralelamente à organização legal, um organismo clandestino, capaz de cumprir no momento decisivo o seu dever para com a revolução. Em todos os países onde, devido ao Estado de Sítio ou as leis de exceção, os comunistas não tenham a possibilidade de desenvolverem legalmente toda a sua ação, é indubitavelmente necessário coordenar a atividade legal e a ilegal". 3ª condição de Ingresso na Internacional. In **Os quatro primeiros congressos da Internacional Comunista**. Edições Maria da Fonte, p. 119.

pela Federação Sindical Regional. Algumas datas comemorativas do movimento operário, como a dia do trabalho, o aniversário da revolução russa, entre outros, requeriam a intensificação da vigilância policial. Nesses dias, rondas policiais percorriam os bairros pobres da cidade e uma enorme quantidade de efetivos era deslocada para os locais de comemoração previamente apontados pelos secretas. Os comícios e manifestações “antecipadas” sofriam sistemática repressão. A comemoração do 1º de maio de 1932 ocorria em circunstâncias especiais. O desemprego ampliava-se em São Paulo e as greves atingiam diversas categorias profissionais, como os ferroviários, marceneiros, gráficos e tecelões. Do comitê dos grevistas participavam os principais agitadores sindicais do PCB em São Paulo, como Roberto Morena e Mário Grazini. As divergências na direção atrapalharam os preparativos para a comemoração da FSR, marcada para o Largo da Concórdia no bairro do Brás. A manifestação não pode ocorrer devido à intensa vigilância policial.²³

Em contrapartida ao fracasso da manifestação para o 1º de maio de 1932, a cúpula do partido determinou a ampliação da agitação dos quadros nos meios grevistas. Ainda durante o mês de maio, foi marcada uma reunião pública do comitê de greve. Era um desafio à polícia. Para representar o PCB na reunião, realizada na sede da UTG, foram designados membros importantes da direção partidária²⁴. O momento estava propício para a polícia arrebanhar comunistas. Como afirmou Leôncio Basbaum, enviado para insuflar ânimo aos grevistas, exatamente por ser o secretário de agitação e propaganda do Bureau Político do partido: “À noitinha, despedi-me de minha mulher na certeza que iria ser preso. Dei-lhe algumas recomendações, apanhei uma escova de dentes, uma muda de meias e cuecas, que meti no bolso do sobretudo e lá me fui” (BASBAUM, 1976, p 123).

Quando Basbaum assumiu a tribuna da reunião para falar em nome do PCB, a a polícia invadiu o recinto espancando e prendendo os participantes, incluindo os quadros do PCB presentes, entre eles Roberto Morena, Mário Grazini, Coripeu de Azevedo Marques, Caetano Machado, o próprio Basbaum, entre outros. Os militantes presos na ocasião seriam mantidos sob custódia até o final do ano de 1932.

A desarticulação dos organismos do PCB seria complementada com as “quedas” da direção do Socorro Vermelho e das “casas de propaganda do PCB”, ambas ocorridas durante a revolução constitucionalista. A queda da “casa de

²³ Sobre o assunto, ver: BASBAUM, 1976, p.122 e 123.

²⁴ Sobre o assunto, ver: DULLES, 1977, p. 398.

propaganda” do PCB, na qual se imprimiam os jornais do partido (entre eles *A classe operária*) aconteceu quando a polícia acampanava a comunista Eulália da Conceição. No dia 30 de julho de 1932, Eulália se dirigiu à casa de “Miguel” onde residia também “Regina Machado”, pseudônimo de Silvia, mulher do então detido Leôncio Basbaum. O investigador designado para acampanar Eulália percebeu a vigiada empacotando grande quantidade de papel. Anotou também que no quarto havia uma cama de solteiro, e num canto, “uma máquina com um rolo que muito parecia um mimeógrafo”. O investigador requisitou reforços e os policiais esperaram Eulália sair para então penetrar na casa, encontrando o mimeógrafo, grandes quantidades do jornal *A classe operária* e diversos metros de pano vermelho. As evidências eram contundentes e os policiais resolveram esperar a volta da comunista para efetuar a prisão, o que ocorreu às 18:00 horas do mesmo dia. Na casa também seria preso Samuel Kleiman, que foi até lá para procurar Eulália²⁵.

A queda da direção e do aparato gráfico do Socorro Vermelho aconteceria no mês seguinte. A tipografia do SVI funcionava na casa da comunista intelectual Eneida Costa, ou “Neide”. Em junho, as atividades de Eneida foram denunciadas por um comissário do DEOPS alocado na Secretaria de Viação do Estado de São Paulo, local onde trabalhava Eneida. Segundo o agente, na repartição Eneida nada fazia, passando os dias “a fumar, a discutir comunismo e a aconselhar os colegas a leitura deste ou daquele livro de idéias subversivas”²⁶. Em agosto, com o acirramento da repressão após a eclosão da revolução, os policiais resolveram dar uma “batida” na casa de Eneida, encontrando um mimeógrafo e diversos documentos comprobatórios das atividades do SVI em São Paulo. Na mesma época, outro mimeógrafo cairia na casa de Cid Franco, então membro da direção da organização de auxílio aos presos.²⁷

A repressão de 1932 desarticulou também o trabalho dos comunistas desenvolvidos nas comunidades estrangeiras de São Paulo. As “quedas” seriam substanciais nos meios lituanos²⁸ e húngaros, porquanto as organizações mantidas pelo PCB para angariar adeptos nessas comunidades estrangeiras (como a Sociedade

²⁵ Prontuário DEOPS/SP n. 1739 de Eulália da Conceição.

²⁶ Prontuário DEOPS/SP n. 1948 de Eneida de Moraes Costa.

²⁷ Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol.4.

²⁸ Eduardo Maffei, militante comunista atuante nos anos 1930, relembra que os agentes do DEOPS fomentavam um especial ódio aos comunistas lituanos. “[...] os lituanos, comunistas, eram odiados pela polícia. Quem tivesse cabelo loiro e olhos azuis apanhava desde a detenção, mesmo que fosse simplesmente suspeito” (MAFFEI, 1984, p. 92)

Húngara de São Paulo e o Centro Lituano de Cultura da Vila Zelina²⁹), teriam seus ativistas presos e suas sedes ocupadas pela polícia. Os simpatizantes da comunidade judaica, “que muito contribui para a propaganda subversiva clandestina, sendo elemento de destaque na organização comunista denominada O Socorro Vermelho”³⁰, também sofreriam com as apreensões e prisões policiais.

Embora as denúncias dos infiltrados corroborassem grande parte das investigações e prisões efetuadas em 1932 – como no caso das supostas delações de Sebastião “Gaguinho”, “policia declarado e responsável de imprensa do PC, da JC e do SVI roubada pela policia”³¹ ou do lituano João Gerulaitis, o qual se tornou reservado da polícia após sua prisão na casa de Olga Pandarsky e que “gratuitamente prestou relevantes serviços à ordem social”, facilitando a “desarticulação de um importante núcleo comunista dirigente no setor estrangeiro, bem como a apreensão de uma bem montada tipografia dos comunistas lituanos”³² – a intensa repressão forneceu ao DEOPS um novo cabedal de informações e de saberes sobre o PCB, permitindo aos agentes aprimorar suas técnicas investigativas. Na casa de Fernando de Lacerda, preso em maio durante as agitações sindicais, foram encontrados os arquivos do PCB³³. A quantidade enorme de documentos internos apreendidos, composto de minuciosas atas de reuniões de células e dos comitês deliberativos, informes da direção nacional e do bureau sul-americano, entre outros³⁴, ampliava o leque de informações da policia política sobre o *modus operandi* da organização. O conteúdo dos documentos, analisados pelos policiais, permitiu também a caracterização mais precisa, por parte das autoridades, das normas de conduta e meios de atuação utilizados pela militância comunista. Os documentos apreendidos corroboravam informações outrora levantadas por secretas e traziam novos dados para a elaboração das diligências policiais.

²⁹ Sobre o assunto, ver os prontuário DEOPS/SP n. 538 e n.539, da Sociedade Amizade Húngara de São Paulo e do Clube Lituano de Cultura, respectivamente.

³⁰ “Informação reservada” 02/10/1934. Prontuário DEOPS/SP n. 2431 do PCB, vol.4.

³¹ “Circular da Comissão da Juventude Comunista de São Paulo”. Prontuário DEOPS/SP n. 2391 de Noé Gertel.

³² “Comunicado referente ao requerimento de naturalização de João Gerulaitis”. Delegado Manuel Ribeiro da Cruz, 29/01/1952. Prontuário DEOPS/SP n.205 de João Gerulaitis.

³³ Sobre a prisão de Lacerda, afirmaria o DEOPS/SP: “detido em maio, quando a testa da direção técnica do partido, e isso foi corroborado pela abundante cópia de material interno”. Prontuário DEOPS/SP n. 2431 do PCB. Vol.4.

³⁴ Os documentos apreendidos na ocasião podem ser observados no prontuário DEOPS/SP n. 780 de Fernando de Lacerda.

A centralização das cadeias de comando do PCB e seu ajuste aos ditames de Moscou reforçaram a lógica do controle burocrático sob as instâncias partidárias, em todos seus níveis. O controle dos procedimentos dos dirigentes tornou-se enfático, requerendo cada vez mais o ritual – pouco recomendável para uma organização ilegal – da elaboração de atas, relatórios, balancetes, manuais, agendas, entre outros documentos escritos que cuidavam de normalizar o funcionamento das diversas instâncias do partido. A prática da elaboração de arquivos tornou-se uma atividade recorrente às diversas direções regionais e nacionais que assumiram o controle da organização no período e, nos momentos de cerco policial aos dirigentes, ocorreram invariavelmente à apreensão dessa documentação pela polícia.

As conseqüências da “queda” dos documentos partidários em mãos policiais foram sempre nefastas para o partido. Esses papéis expunham a organização clandestina e permitiam o incremento do conhecimento da polícia sobre as atividades partidárias. Os documentos apontavam os indivíduos em ascensão ou decadência na organização, determinando, ao mesmo tempo, as diretivas para os interrogatórios dos presos, além de auxiliarem as autoridades a apontar os culpados nos casos sob investigação. O caso citado anteriormente, que envolveu o militante João Batista Dubieux, apontado como comunista perigoso por conhecer a “casa de propaganda” do partido, explicita como os documentos apreendidos – no caso específico, as normas de segurança da organização, que entre outras afirmações, recomendavam que a localização da tipografia devia ser de conhecimento de um número restrito de militantes – corroboravam a formação da convicção policial e o apontamento das “culpas” dos implicados³⁵.

Os documentos apreendidos forneciam ao DEOPS uma bússola para o exercício da repressão. Embora o quadro reservado da agência há tempos viesse

³⁵ A prática da manutenção de arquivos pelas camadas dirigentes do PCB permitiria aos agentes da polícia a descoberta de outros crimes, para além dos delitos contra a ordem política e social. Esse foi o caso do célebre assassinato de Elvira Cupelo Calônio, ou “Elza Fernandes”, mulher de “Miranda” ou Américo Maciel Bonfim, secretário do PCB durante o episódio da malograda intentona de 1935 e apontada falsamente como uma agente provocadora. O inquérito sobre o “justiçamento” de Elza só seria aberto pelos policiais devido aos documentos que caíram com Luis Carlos Prestes em sua célebre prisão na Rua Honório em 1936. A investigação somente seria encerrada em 1940, quando “caiu” o C.C. do PCB sediado no Rio de Janeiro acarretando a prisão dos demais acusados do assassinato, entre eles Adelino Deycola dos Santos “Tampinha”, Lauro Reginaldo da Rocha “Bangu”, Honório de Freitas Guimarães “Martins” e Eduardo Ribeiro Xavier “Abóbora”. É interessante lembrar que nessa ocasião também foram apreendidos novamente os arquivos do PCB, encontrados na casa de “Abóbora”. O episódio será analisado no quarto capítulo deste trabalho. Sobre o assunto, ver no Cedem/Unesp no Fundo DK os documentos referentes aos processos do TSN contra militantes do PCB. Na caixa 2 repousa uma cópia do processo n.1.381 sobre o caso de Elvira Calônio.

informando sobre o modo de organização e os meios de atuação do partido comunista, foi com a queda do C.C. do PCB em São Paulo, ocorrida num momento de “intensa agitação sindical promovida pelos partidários de Moscou”, e com a apreensão dos documentos internos da organização, que os agentes passaram a elaborar relatórios minuciosos sobre o organograma do partido³⁶. Nada que pudesse consubstanciar as futuras diligências escapava ao olhar arguto dos técnicos da polícia: os meios de ligação entre as diversas instâncias partidárias, a característica e o funcionamento das células e comitês, os modos de atuação dos militantes envolvidos em tarefas de responsabilidade, as diretivas políticas e as subordinações hierárquicas, enfim, os policiais dissecavam a estrutura burocrática do partido com o fito de perceber suas rotinas e com o objetivo de direcionar suas investidas. A velha tática policial de atuar conforme o conhecimento prévio do “inimigo”, corroborado pela infiltração e delação, conquistava um substancial aporte com os documentos apreendidos em 1932.

A intenção policial se revela no conteúdo dos relatórios elaborados pelas autoridades. A ênfase na discussão e sistematização dos denominados “métodos ilegais” de atuação dos militantes expõe os objetivos da polícia. A análise dos agentes procurava dissecar e elaborar um quadro geral das diretivas do partido para abster a reação, afinal, “existe em todo partido uma forte ilegalidade. Os membros de um órgão não conhecem os de outros e até os membros do mesmo órgão ignoram os meios em que o outro atua”. Nesse item, era importante para as autoridades entender como os ativistas procediam às ligações e normalizavam o fluxo de informações entre as diversas instâncias organizativas. “A ilegalidade não é só para a polícia, como para eles mesmos, pois não depositam confiança recíproca. Desconfiam até da própria sombra”. A desconfiança entre os membros da organização, exagerada propositadamente pelos policiais, era derivada das preocupações com as infiltrações e as campanhas mantidas pelo DEOPS. Os agentes policiais já conheciam o modo habitual de efetuar as ligações entre os militantes, em pontos de encontro pelas ruas da cidade. E a técnica do ponto de encontro também estava relacionada entre os

³⁶ Existem diversos relatórios nos prontuários do DEOPS que evidenciam e caracterizam a organização do PCB e os modos e meios de atuação das instâncias partidárias clandestinas e dos militantes. Alguns repousam no prontuário n. 2431 do PCB em seus diversos volumes. O primeiro documento elaborado com essa finalidade é datado de novembro de 1932 (vol.7), corroborando a afirmação de que foi a partir da queda do arquivo do partido, em maio do respectivo ano, que o DEOPS/SP passou a sistematizar estas informações.

métodos ilegais de atuação do partido, ganhando destaque na dissecação das autoridades a partir das apreensões.

As ligações entre os órgãos, isto é, Comitê Central, Comitê Regional, Comitê de Zona e células são feitos por meio de encontros diários, chamados na gíria comunista de 'ponto de encontro', em determinados locais públicos que variam constantemente. A residência de um membro, embora da mesma célula, é ignorada pelos demais, assim como os membros de todos os outros órgãos. As reuniões do Comitê Central são ignoradas por todos os Comitês Regionais, isto é, são ignorados os dias certos, horas e locais. O mesmo sucede com os Comitês Regionais para os Comitês de Zona e destes para as células. Os Comitês de Zona também são ilegais uns para os outros. A ligação da célula com o Comitê respectivo é feita por meio do secretário de cada célula, quer dizer, se uma zona tem cinco células, somente os cinco secretários tem encontro com o Comitê de Zona. São expulsos todos os membros que conhecem outros que fazem parte de outro órgão e contam as atividades do seu órgão a aquele membro.³⁷

Os relatórios policiais elaborados a partir da apreensão dos documentos partidários, embora enfatizassem o funcionamento dos órgãos de comando da organização, destacavam também o importante papel das células na difusão das idéias comunistas pelo corpo social. "Da célula comunista: é o início da carreira comunista. A célula é um órgão de base que liga todo o partido com as massas trabalhadoras, tendo vida própria". Era dever dos militantes fomentar a formação de células em empresas, ruas e bairros. "Numa empresa, onde haja um militante comunista, é seu dever conversar com seus companheiros de trabalho sobre a situação econômica de cada um, incitando-os a rebelar-se". Segundo as autoridades, após "seduzir" os trabalhadores e apontar a necessidade da "formação ou apoio a um partido da classe", os militantes convidavam o "simpatizante" para reuniões e sugeriam o ingresso no PCB. Os documentos apreendidos permitiram aos policiais elaborar uma sistemática caracterização do funcionamento orgânico das células, elevando o conhecimento do DEOPS/SP sobre os organismos de base do partido.

A célula se compõe de três membros até o máximo de sete e tem um secretário, que é responsável pela vida orgânica de célula, um elemento de agitação e propaganda (agit-prop como é conhecido) que deve ter ligação com a comissão de agitação e propaganda do Comitê de Zona. É o responsável por todo o material que vem para a célula enviado pelo Comitê de Zona. Também é o encarregado de todo o material de

³⁷ "O Partido Comunista, sua estrutura orgânica, métodos e táticas". Novembro de 1932. Prontuário DEOPS/SP n.2.431 do PCB vol. 7.

propaganda, como sejam: pinturas de parede com dísticos comunistas, colocação de bandeiras, que são confeccionadas na própria célula e etc. A célula também tem um tesoureiro, que deve fazer a cobrança das mensalidades dos 'camaradas' [...] deve-se dar um balancete no fim de cada mês da reunião de célula [...] Do dinheiro que recebe, fica o tesoureiro com 20% que é para a célula e o restante é remetido ao Comitê de Zona. Esse mesmo tesoureiro deve encarregar-se da realização de pic-nics, angariar dinheiro por meio de listas, etc.³⁸

A sistematização das informações sobre as instâncias da organização, assim como dos meios de atuação dos comunistas, não demorou a demonstrar seus resultados práticos na efetivação das diligências policiais. Após a reorganização do partido em São Paulo, acontecida em 1933, o delegado de ordem social, Ignácio da Costa Ferreira, recém reempossado no cargo, determinou aos investigadores "que exercessem severa vigilância em torno das atividades de elementos comunistas em atividade nesta capital". Os investigadores confirmavam que "vários deles estão sendo vigiados".³⁹ A relevância da ampliação do conhecimento sobre a organização clandestina do PCB era citada nos relatórios policiais, elaborados pelos inspetores designados para o acompanhamento das atividades dos militantes. Nesses, os dados coligidos sobre o funcionamento da estrutura partidária eram referenciados como um importante aporte para as investigações, visto que otimizavam as intervenções da polícia política. Segundo os policiais, "a agência está perfeitamente aparelhada para lhe dar combate", porquanto era "conhedora das táticas desses indivíduos, das instruções que os mesmos recebem para seu trabalho ilegal e outros meios para a organização e propaganda das idéias de Moscou".⁴⁰

No documento citado, após fazer a apologia da eficiência tática da polícia política e de seus renovados instrumentos para o combate ao comunismo, o policial responsável pela redação passa a descrever o resultado de uma diligência efetuada com sucesso, cujo alvo era uma célula comunista. Segundo o agente, as informações coligidas após a prisão do C.C. em 1932 foram cruciais para o bom desempenho "técnico" da equipe de inspetores. Afinal, como diria o redator, numa clara alusão ao trecho que exemplificava os modos e meios de se efetuar ligações entre os militantes, copiado dos relatórios elaborados pelos especialistas sobre a organização e o funcionamento do aparelho clandestino do partido: "entre as várias manobras para o

³⁸ Idem.

³⁹ "Célula comunista varejada pela polícia". 04/09/1933. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol.1.

⁴⁰ Idem.

despiste, os comunistas usam o ponto de encontro na via pública, em determinadas ruas da capital [...] os pontos variam constantemente, a fim de distrair a atenção policial, não só, mas também dos próprios elementos do partido”.

Sabedores dessas características de atuação, o grupo de investigadores foi designado para acampar num sábado o militante Mário Palermo, cujo endereço fora apontado, para as autoridades, por delação dos secretas. A discreta observação iniciou-se com a saída do comunista de sua residência. Um a um, os inspetores se revezaram durante o dia na vigilância sobre as atividades de Palermo. No início da noite, o inspetor de “plantão” notou que o vigiado “foi para o Largo do Santo Antônio do Pari, onde por alguns minutos, ficou a espera de alguém. Em dado momento [...] um indivíduo dele se aproximou e disse-lhe alguma coisa. Era o característico ponto de encontro”.⁴¹

O inspetor redobrou seus cuidados e passou a seguir Palermo e seu acompanhante, que andavam pela Rua Rodrigues dos Santos, mantendo “uma diferença de poucos metros” entre um e outro. A caminhada terminou quando os dois entraram numa loja, “no n. 124b, cuja porta de aço modulada levantou-se”. O investigador deteve-se à espreita. Anotou a entrada de outros três indivíduos, “entre os quais outro elemento conhecido e que poucos dias havia saído do gabinete [de investigações]. Tratava-se de Antônio Arini, alfaiate”. As evidências eram fortes demais, sobretudo porque o investigador havia identificado outro comunista adentrando a loja. “Não restava dúvida, aquela era uma reunião de célula, em virtude do número de pessoas entradas, porquanto essa não comporta mais de sete pessoas e um mínimo de cinco”.⁴²

Convicto de que havia localizado uma reunião de célula, o inspetor rapidamente entrou em ligação com o delegado Costa Ferreira. Esse determinou o deslocamento de um grupo de inspetores para efetuar a “batida” no local. No comando do grupo estava Luiz Apolônio, que começava a se destacar como o grande “perito” do corpo de investigadores designados para a repressão ao comunismo. Segundo o relato de Apolônio:

Ali chegando, e cercando o prédio em questão, cujos fundos dão para uma vila composta de várias casas, verifiquei, antes de entrar, pela fechadura da principal porta do número citado, que três indivíduos,

⁴¹ “Célula comunista varejada pela polícia”. 04/09/1933. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol 1.

⁴² Idem.

entre eles Antônio Arinis, conhecido militante comunista, estavam prestando atenção a alguém que falava, mas não se podia ver em virtude de existir na loja uma prateleira que o cobria.⁴³

Luiz Apolônio percebeu um “vacilo” dos comunistas, visto que a porta de aço da frente da loja “estava apenas abaixada”.⁴⁴ Daí decidiu por uma entrada rápida “afim de não lhes dar tempo para uma fuga. Entrando nessas condições, foram surpresos naquela casa oito indivíduos reunidos”.⁴⁵ Apolônio enfatizaria que “um deles, cujo nome abaixo segue, teve tempo de se desfazer de alguns papéis, atirando-os ao chão, debaixo de uma cama ali existente”. Cercados pelo grupo de “tiras” armados, os militantes não impuseram resistência à voz de prisão dada por Apolônio. Foram presos, “em posse de documentos comprometedores”: Antônio Arinis e Mário Palermo, já conhecido da polícia, mais Raul Salgueiro, Sebastião Caetano, José Dirman, João Del’osso (vulgo “mulato”, cuja atividade em prol do PCB já havia sido apontada por infiltrados), João de Araújo (locatário do imóvel) e Alfredo Soares. Sobre o último, os policiais acrescentariam ao relatório a informação de que esse, “natural do Estado de Alagoas, diz ter chegado a esta capital há quatro dias, procedendo de Campinas e de ter saído do Rio há quatro meses, onde deixou suas malas”.⁴⁶

Segundo o relato de Apolônio, era exatamente Alfredo Soares o indivíduo que falava ao grupo no momento da interceptação dos agentes, tentando também, na ocasião, se livrar dos papéis comprometedores apreendidos. Os documentos recolhidos, “referentes à organização comunista e planos de reorganização da região de São Paulo”, ainda abalada pelos reveses de 1932, somado ao acréscimo de um indivíduo a mais no número considerado pelos policiais como limite para o funcionamento das células, convenceu os agentes que Alfredo Soares era um dos “elementos” encarregados pela cúpula do partido para colaborar com a renovação do setor paulista. A impressão estava corroborada também pelas declarações do detido, que afirmou sua estadia no Rio de Janeiro, local onde funcionava o C.C. reorganizado, antes de encaminhar-se para Campinas e São Paulo. A convicção era reforçada por outras afirmações de Soares no depoimento. Esse negou a tentativa de esconder os papéis apreendidos, conforme apontado pelos agentes nos relatórios da

⁴³“Relatório”. 02/09/1933. Inspetor Luiz Apolônio. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol.1.

⁴⁴ “Célula comunista varejada pela polícia”. 04/09/1933. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol 1.

⁴⁵ “Relatório”. 02/09/1933. Inspetor Luiz Apolônio. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB. Vol. 1.

⁴⁶ Idem.

diligência. No mais, segundo ainda os policiais, os outros presos interrogados confirmaram que Soares era o militante mais experiente presente à reunião. Luiz Apolônio, somando os indícios, concluía o relatório elaborando um perfil do “perigoso” ativista detido: “pela conversa, pelo modo de falar, nota-se que é um elemento ativo do P.C.B, conservando calma e lucidez em sua defesa. Os seus companheiros, entretanto, dizem que o mesmo, na reunião, deu lições de comunismo a todos”.

Outra importante “queda” de acervo documental do PCB ocorreria no ano seguinte, com as diligências policiais efetuadas contra uma escola de capacitação comunista situada no bairro da Lapa, em São Paulo. Os agentes do DEOPS sabiam da medida comunista, organizada pela juventude do partido, de preparar cursos para a aprimorar a formação dos militantes neófitos, “imitando a URSS, que mantém essas escolas naquele país, e que são freqüentadas por elementos inexperientes”. Foi com a queda dos documentos de 1932 que os policiais concluíram definitivamente que “o partido comunista, nessa capital, ideou esses cursos de capacitação para os novos adeptos”.⁴⁷ A existência da escola na Lapa foi apontada pelos reservados do DEOPS. De posse da informação, as autoridades conseguiram mesmo infiltrar um agente para freqüentar os cursos. Este “apressou-se a informar que, de fato, se tratava de uma escola comunista”, ligada aos comitês deliberativos do partido e não à juventude comunista, como pensaram de pronto os policiais. “Mas a escola, objeto desse informe e do PCB, porquanto a integram indivíduos todos maior de idade e que, uma vez de posse de todos os requisitos necessários para o perfeito agitador, se atirariam à luta”.⁴⁸

O DEOPS/SP resolveu efetuar a “batida” no período “letivo” da escola, com o intuito de arrecadar o máximo possível de alunos para seus cárceres. A casa onde funcionavam os cursos, composta de quatro cômodos e banheiro, já havia abrigado anteriormente um posto policial. “Em prateleiras rústicas” segundo o investigador responsável pelo relatório de diligência, foram apreendidos diversos documentos, entre eles:

[...] livros de propaganda comunista, folhetos mimeografados, cujos teores eram atinentes ao aperfeiçoamento comunista; temas

⁴⁷ “Fechamento da escola de capacitação comunista e prisão dos seus principais elementos”. 30/07/1933. Prontuário DEOPS/SP n.2431 do PCB.

⁴⁸ Idem.

comunistas, também mimeografados; circulares inúmeras sobre as tarefas do Partido Comunista; correspondência entre elementos comunistas de vários Estados do país; programas de propaganda e inúmeros outros documentos.⁴⁹

No momento da invasão policial estavam presentes na casa dez pessoas, “sendo que um deles quis fazer uso de arma de fogo contra um inspetor de segurança, que foi obstado imediatamente”. Foram presos Estevam e Rosa Kovacs, húngaros, apontados pelo DEOPS como responsáveis pela escola e que tiveram portaria de expulsão instaurada pela delegacia, mais os militantes Eduardo Braz da Silva, Marcelo José dos Campos, Nelson Sierra, José Fonseca, João Pereira, Rogério Dias, Rafael Monteaperto e Sebastião Francisco. O último seria eleito para o secretariado do restaurado Comitê Regional de São Paulo do PCB em 1934⁵⁰, formando com Joaquim Câmara Ferreira, Hermínio Sachetta, José Stachinni, Noé Gertel, Tito Batini, Issa Maluf, entre outros, uma nova geração de quadros dirigentes do partido no setor paulista, que então despontavam para a militância e cujas trajetórias seriam “temperadas” pelos duros combates contra o fascismo. A propagação dos ideários inspirados nas ideologias fascistas assumiriam novo espectro em São Paulo ainda nos meses finais de 1932.

Para além da queda da organização comunista, da prisão dos trotskistas e lideranças sindicais anarquistas durante o período da revolução constitucionalista, o ano de 1932 traria uma nova e inquietante preocupação para os militantes revolucionários. No dia 07 de outubro, quando já se conhecia o lado vencedor da guerra civil em São Paulo, Plínio Salgado lançaria o manifesto fundador da Ação Integralista Brasileira (AIB) em cerimônia ocorrida no Teatro Municipal da capital paulista. Os ventos renovados do autoritarismo que varriam a Europa desde a ascensão de Mussolini à chefia do governo na Itália – o que granjeou simpatizantes e adeptos do *fascio* na colônia italiana de São Paulo já na década de 1920 – atingiam definitivamente o Brasil, com a fundação da organização construtora da variante

⁴⁹Idem.

⁵⁰ Segundo depoimento de Sebastião Francisco ao DEOPS carioca em 1940 – quando da queda do C.C. do PCB que funcionava no Rio de Janeiro – a reunião na Escola de Capacitação comunista que o levou à prisão em 1933 tinha como escopo reorganizar diversas comissões do partido destruídas pela repressão de 1932. Tal fato não foi mencionado pelos policiais no relatório elaborado à época, demonstrando que os agentes envolvidos na diligência, embora houvessem percebido que a escola era mantida pela cúpula partidária e destinada ao aprimoramento de militantes “maduros”, não perceberam o verdadeiro intuito dos comunistas naquela ocasião. Sobre o assunto, ver no Cedem/Unesp, fundos Dainis Karepovs, na caixa 2, referente ao processo do TSN n.1.362, o termo de declaração de Sebastião Francisco ao DEOPS/RJ em 13/05/1940.

mais representativa do fascismo tupiniquim. A AIB se consolidaria nos anos subseqüentes como um verdadeiro partido de massas.

Os movimentos inspirados no fascismo, com mais ou menos apelos políticos modernizantes ou conservadores, apresentam diversas variações entre si, conforme as próprias diferenças de cada região ou país onde esses se formaram. Entretanto, os partidos e as associações de inspiração fascista, tinham como características comuns o nacionalismo, o antiliberalismo e o virulento anticomunismo. A assunção de Hitler ao cargo de chanceler na Alemanha, ocorrida em janeiro de 1933, iniciando a ditadura nazista naquele país, consolidaria a idéia do “fascismo como um movimento universal, uma espécie de equivalente direitista do comunismo internacional tendo Berlim como sua Moscou” (HOBSBAWN, 1995, p.120). Foi também com a vitória de Hitler na Alemanha que o modelo político tornou-se o mais promissor da década de 1930. “O fascismo sem dúvida parecia à história de sucesso da década” (HOBSBAWN, 1995, p.137).

O fascismo seduziria indivíduos tanto à direita como também à esquerda do espectro político. Como no caso do italiano Edmondo Rossoni, ex-anarquista e ex-professor da escola racionalista da Água Branca, divulgador da pedagogia de Francisco Ferrer⁵¹ entre os filhos de operários de São Paulo. O professor idealista, voltando para Itália após sua expulsão do Brasil ainda na década de 1910, tornou-se ativo jornalista, dirigente sindical e Ministro da Agricultura de Mussolini. Rossoni pertenceu ao “Grande Conselho fascista” da Itália desde sua fundação até sua reunião final, a qual destituiu o *Dulce* em 1943. Numa carta enviada para sua amiga anarquista Teresina Carini, moradora então na cidade mineira de Poços de Caldas, Rossoni sintetizaria o aspecto sedutor e “revolucionário” do fascismo, que provocaria defecções nos simpatizantes da esquerda de todo o planeta: “Não se reconhece mais a Itália. Toda ela é jovem, vibrante, dominada por uma vontade ilimitada de poder. Venceremos muitas provas!” (CÂNDIDO, 1996, p.67).

Por outro lado, a curta e grossa resposta de Terezina (que morreria fiel ao socialismo) à carta de Rossoni, sintetizava a impressão dos partidários da revolução social sobre o fascismo e seus adeptos: “*Rossoni: sei um cani!*” (CÂNDIDO, 1996, p.67).

⁵¹ O educador espanhol Francisco Ferrer, fuzilado na Catalunha em 1909 foi o construtor de uma pedagogia educacional que acreditava no papel da instrução como base da transformação social. Algumas escolas modernas, baseadas na pedagogia de Ferrer, foram criadas pelos anarquistas em São Paulo durante a década de 1910 e 1920.

No início dos anos 1930, as idéias fascistas se espalhavam por São Paulo e conquistavam novos adeptos, fornecendo renovado alento aos críticos do socialismo revolucionário. A vitória nazista na grande potência alemã faria exportar as idéias xenófobas e anti-semíticas do partido, que encontrariam entusiastas nos meios intelectuais da cidade. Em novembro de 1933, o jornalista Assis Chateaubriand publicaria no *Diário da Noite* o artigo *As águas turvas do socialismo*. O ensaio, recheado das idéias “renovadoras” do nazismo e do *fascio* italiano, demonstra como o ideário totalitário permitia a reconstrução, sob nova argumentação, de velhos preceitos das elites políticas conservadoras nacionais, sempre pouco afeitas à idéia da participação popular nos assuntos referentes ao poder:

O capital e o trabalho devem andar de mãos dadas, servindo reciprocamente, como na Itália fascista [...] a uma questão social evidentemente madura, como há uma questão judaica, não menos inquietante que a primeira [...] por um jogo bombástico de palavras, promete o socialismo, como promete a demagogia liberal, aquilo que é em si mesmo irrealizável: descer o governo para as massas, como se estas, incapazes e superficiais, pudessem dirigir alguma coisa.⁵²

A propaganda eivada de preceitos fascistas se fazia em todos os ambientes sociais. Na abertura do Salão Paulista de Belas Artes, o presidente da comissão organizadora proferiu o discurso *à propaganda comunista pela Arte*, outro libelo às idéias hitlerianas sobre arte sã e “arte degenerada”, esta última promovida pelos “comunistas judeus de Moscou”:

A arte é sempre social como expressão da vida. E reconhecendo esse seu grande valor é que levou Hitler a determinar na Alemanha à volta à arte nacional e tradicional germânica, dando combate aos vanguardistas da pintura e aos modernistas da arquitetura, que desnacionalizando a arte visavam implantar a desordem na sociedade [...] Daí a necessidade dos governos montarem vigilância no setor intelectual-artístico, auxiliando também a arte equilibrada e sã com que alimentará espiritualmente as multidões sofredoras e fáceis de serem empolgadas pelas promessas falaciosas dos extremistas. O cultivo do espírito e o convívio com a beleza enobrecem e nutrem as multidões, ensinam a moral, propagam o civismo, elevam o nível da humanidade e confortam e amenizam a existência, sublinhadas estas premissas, temos a notar que o grande escritor e crítico de arte Camill Mouclair (entre outros) em vários de seus artigos e livros revela o plano oculto dos judeus-comunistas de pretenderem destruir uma das

⁵² “As águas turvas do socialismo”. Artigo publicado no *Diário da Noite* em 08/11/1933. Prontuário DEOPS/SP n.1.009 do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Vol.1.

colunas mais sólidas e nobres da nossa civilização ocidental cristã, que é a arte tradicional latina. Dois são seus principais objetivos: 1º) o rebaixamento do valor dos quadros clássicos [...] 2º) a desorganização e aviltamento e o embrutecimento social produzido pela arte por eles preconizada, a fim de preparar o terreno para uma ação mais segura, num meio inculto, insensível e depravado [...]⁵³.

A “reação policial” conquistaria substancial reforço com o surgimento da AIB, pois o integralismo buscava perfilar seus militantes lado a lado dos policiais nas trincheiras do combate aos partidários do “extremismo”. Aliás, a instituição policial tornou-se ambiente privilegiado para a expansão da doutrina integralista. Um relatório elaborado por colaboradores do PCB alocados na polícia do Rio de Janeiro confirmavam que no DEOPS carioca haveriam mais de setenta funcionários filiados à AIB. Entre esses, estavam agentes que se notabilizaram no período por suas ações violentas contra os partidários da revolução social, como Francisco Menezes Julien, Emílio Romano, Sarandi Raposo e Serafim Braga.⁵⁴

Nos quadros da polícia paulista não devia ser diferente. Os próprios documentos policiais, a partir de 1933, passaram a fazer referências diretas às premissas ideológicas do nazi-fascismo. Nos inquéritos policiais existem mesmo citações de frases dos hierarcas do nazismo, como Goebbels⁵⁵, indicando como o tratamento policial aos desordeiros sociais era um meio efetivo de limpar a sociedade e garantir a proeminência do bem comum. Por outro lado, o avanço da xenofobia no rol dos instrumentos cotidianos da política permitia que os preconceitos (étnicos, religiosos, entre outros), transparecessem com maior reforço e fervor, nos documentos escritos pelos agentes. Um reservado encarregado de vigiar uma peça teatral nos meios lituanos vociferava: “este drama de certo foi escrito por algum judeu de Moscou”.⁵⁶ A vigilância policial sobre o bairro do Bom Retiro, considerado o “gueto” judeu da capital, se intensificaria *pari passu* a propagação da idéia do complô judaico comunista.⁵⁷ A truculência da polícia política dos regimes fascistas contra os agrupamentos da revolução social seduzia os policiais de São Paulo. Para esses, a liberdade de atuação contra os extremistas, promovidos pelos regimes de força e de

⁵³ “A propaganda comunista pela arte”. Prontuário DEOPS/SP n. 163 de Galeão Coutinho.

⁵⁴ Sobre o assunto ver: FLORINDO, 2000. Do documento em questão encontra-se uma cópia no Cedem/Unesp, fundos Dainis Karepovs, caixa de documentos avulsos.

⁵⁵ “Inquérito de qualificação dos militantes da UTG” Delegado A P Moreira, 16/08/1936. Prontuário DEOPS/SP n. 577 da UTG, vol.2.

⁵⁶ “Impressões do festival dos culturistas”. Jonas, 18/11/1933. Prontuário DEOPS/SP n.539 do Clube Lituano de Cultura da Vila Zelina.

⁵⁷ Sobre o assunto, ver: WIAZOVSKI, 2001.

“regeneração social” modelado pelas doutrinas totalitárias de direita, era a justa medida para a execução da tarefa de profilaxia social. Como afirmaria Luiz Apolônio em 1954 para seus alunos na Academia de Polícia, comentando sobre a propagação internacional do ideário comunista: “o nazi-fascismo, por exemplo, era um entrave à sua caminhada” (APOLÔNIO, 1954, p.11).

Para os partidários da revolução social, desde 1931 tolhidos na organização sindical, enquadrados sob brutal repressão desmobilizadora durante a revolução constitucionalista e enfrentando o avanço das idéias reacionárias do fascismo no corpo social, a reação a “esse estado das coisas” tornava-se uma questão de vida ou morte. Paulatinamente, o conflito entre as tendências divergentes dos revolucionários daria lugar ao entendimento que somente a união contra o inimigo comum poderia garantir a sobrevivência dos distintos grupos. Dos seus postos privilegiados de observação, o DEOPS/SP acompanhava o acirramento da agitação política. Sua atuação não se conformaria à atenta vigilância. Cabia à polícia de ordem influir diretamente nas refregas. Antifascistas e fascistas se degladiavam desde os anos 1920 no Brasil, mas a formação da AIB criaria um novo panorama para o entendimento da gravidade do conflito e de suas conseqüências. Para anarquistas, comunistas, socialistas, integralistas e policiais, as disputas pela proeminência de suas assertivas nos espaços públicos não seriam as mesmas após a intensificação dos combates nas ruas, acontecido entre 1933 e 1935.

Prontuários DEOPS/SP (Arquivo do Estado de São Paulo)

Prontuário n. 163 de Galeão Coutinho

Prontuário n. 205 de João Gerulaitis

Prontuário n. 538 da Sociedade Amizade Húngara de São Paulo

Prontuário n. 539 do Clube Lituano da Vila Zelina

Prontuário n. 577 da União dos Trabalhadores Gráficos

Prontuário n. 716 da Federação Operária de São Paulo

Prontuário n. 780 de Fernando de Lacerda

Prontuário n. 880 da Federação Sindical Regional

Prontuário n. 1009 do Partido Socialista Brasileiro

Prontuário n. 1962 do Socorro Vermelho Internacional

Prontuário n. 1739 de Eulália da Conceição

Prontuário n. 1948 de Eneida Moraes Costa

Prontuário n. 2030 de Mario Pedrosa

Prontuário n. 2391 de Noé Gertel

Prontuário n. 2431 do Partido Comunista do Brasil

Arquivos do Centro de Documentação e Memória da Unesp

Fundos Dainis Karepovs – Autos do Tribunal de Segurança Nacional

Processos 1362 e 1381.

Referências bibliográficas

APOLÔNIO, Luís. **Manual de polícia política e de ordem social**. São Paulo: Acadepol, 1953.

BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos (memórias)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.

BRANDÃO, Octávio. **Entrevista ao CPDOC**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1993.

CÂNDIDO, Antônio. **Teresina e seus amigos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CAMPOS, Alzira Lobo de A. **Tempos de viver: Dissidência comunista em São Paulo (1931 - 1936)**. Tese de livre docência em metodologia da história, FHDSS Unesp/Franca, 1998.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: A polícia da era Vargas**. Brasília: Ed. UNB, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: Fantasma de uma geração. (1930 - 1945)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

DULLES, John Foster. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.

DULLES, John Foster. **O Comunismo no Brasil (1930- 1945)**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX (1914- 1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea. O PCB em 1937 – 1938**. São Paulo: Hucitec/Editora Unesp, 2003.

MAFFEI, Eduardo. **A batalha da Praça da Sé**. Rio de Janeiro: Philobiblum, 1984.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os anos 30, **Perspectiva - Revista de ciências sociais da Unesp**. Araraquara, Unesp, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil, 1922 -1935**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

SOUZA, Antônio Francisco de. **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado em sociologia, FFLCH/USP, 1998.

VIANNA, Marli Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

Revista Brasileira de História & Ciências Sociais

Vol. 4 N° 8, Dezembro de 2012

© 2012 by RBHCS

WIAZOVSKY, Taciana. **Bolchevismo e judaísmo. A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa oficial, 2001.

Recebido em Agosto de 2012

Aprovado em Novembro de 2012